



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acompanhamento do “Relatório de sindicância sobre a queda grave de azulejos das paredes dos espaços comuns do Edifício do Lago e do Edifício Ip Heng” divulgado pelo Comissariado Contra a Corrupção

O problema da queda de azulejos no Edifício do Lago e no Edifício Ip Heng continua por resolver há já vários anos. O Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) investigou a fundo o problema e as respectivas responsabilidades, e, recentemente, divulgou o “Relatório de sindicância sobre a queda grave de azulejos das paredes dos espaços comuns do Edifício do Lago e do Edifício Ip Heng”, segundo o qual os órgãos administrativos, os empreiteiros, e até mesmo as entidades fiscalizadoras e a entidade responsável pelo controlo de qualidade devem assumir responsabilidades indeclináveis, e também devem ser estes a resolver, de forma proactiva, a situação.

Segundo o relatório, por um lado, o problema da queda de azulejos afecta a vida e a segurança dos moradores, por isso, solicita-se ao Governo que acompanhe as sugestões constantes do relatório e apoie, de boa-fé, os moradores, resolvendo o problema o mais rápido possível, com vista a que estes possam viver felizes e trabalhar com alegria; por outro lado, o então Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI) não cumpriu as suas atribuições e é ainda suspeito de ter impedido o Instituto de Habitação (IH) de tomar conhecimento dos problemas que iam surgindo durante a construção, perdendo-se assim oportunidades para resolver definitivamente o problema e, conseqüentemente, a impossibilidade de recuperar a situação, determinar as causas, e resolver, por completo, o problema da queda de azulejos. É de salientar que o IH se limitou ao seu papel de mensageiro,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

encaminhando os problemas para o então GDI tratar ou para acompanhamento por ambos, porém, não desempenhou, de forma activa, as funções de supervisão e coordenação que lhes são conferidas pela nova Lei da habitação económica, demonstrando negligência no cumprimento das suas atribuições. Trata-se duma situação que deve ser acompanhada pelo Governo.

O relatório refere ainda que o nível quer do rigor da fiscalização e vistoria quer do acompanhamento das reparações após a queda de azulejos são ambos relevantes. Solicito à Administração que proceda ao acompanhamento do caso e que impute, nos termos da lei, responsabilidades por negligência, bem como que reveja o regime jurídico em vigor, melhorando o mecanismo de fiscalização das obras públicas e reforçando a fiscalização das empresas fiscalizadoras e as respectivas consequências jurídicas, a fim de evitar a repetição de problemas semelhantes.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. No que diz respeito ao problema da queda de azulejos, o relatório sugere que os serviços competentes prestem, activamente, apoio de natureza patrimonial ou não patrimonial. Na sequência da divulgação do relatório, os dois empreiteiros envolvidos prometeram entrar em contacto com os serviços competentes e com os moradores para, em conjunto, encontrarem uma solução para o problema, porém, não apresentaram qualquer proposta de apoio em concreto. Assim, no que diz respeito ao apoio de natureza patrimonial ou não patrimonial, de que planos dispõem o Governo e os empreiteiros para acompanhamento dos casos, a fim de resolver radicalmente o problema?
2. De acordo com o relatório, a empresa responsável pela supervisão da



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

qualidade da obra e a entidade responsável pelo controlo de qualidade devem assumir as suas responsabilidades indeclináveis. Como é que o Governo lhes vai exigir a reparação da situação? Vai, nos termos da lei, imputar-lhes as devidas responsabilidades? O Governo deve melhorar, ao nível jurídico, os mecanismos de fiscalização das obras públicas e das próprias empresas fiscalizadoras, bem como as respectivas consequências jurídicas. Vai fazê-lo?

3. O relatório revela que houve incumprimento de obrigações por parte dos serviços competentes e a existência de problemas no âmbito da colaboração e comunicação interdepartamental. Refere ainda que, no âmbito da construção de habitação económica, o IH reforçou e concretizou gradualmente o seu papel de coordenador, e que se tem registado uma melhoria notória na colaboração interserviços, no entanto, a sociedade espera resultados mais estáveis e significativos. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem-se empenhado activamente na reforma da administração pública, e a promoção da cooperação interdepartamental é um dos pontos importantes desse trabalho. Com base na experiência adquirida, o Governo deve criar melhores mecanismos para garantir a estabilidade e a eficiência da cooperação interdepartamental ao nível da habitação pública. Como é que vai fazê-lo?

26 de Maio de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Sun lok**